

**PLANO MUNICIPAL DE DEFESA
DA FLORESTA CONTRA
INCÊNDIOS DE TÁBUA**

2019 - 2028

**RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO
2021**



JANEIRO | 2022

MUNICÍPIO DE TÁBUA

ÍNDICE

Índice de Quadros

Lista de Anexos

	Página
1. ENQUADRAMENTO	1
2. EIXOS ESTRATÉGICOS	2
2.1 AUMENTO DA RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS	2
2.1.1 Execução das Ações.....	2
2.1.1.1 Redes de faixas de gestão de combustível e mosaicos de parcelas de gestão de combustível	2
2.1.1.2 Rede viária florestal	4
2.1.1.3 Rede de pontos de água.....	4
2.1.1.4 Análise de investimentos e estimativa orçamental	5
2.2 REDUÇÃO DA INCIDÊNCIA DOS INCÊNDIOS	6
2.2.1 Execução das Ações e Estimativa Orçamental	6
2.2.1.1 Sensibilização	6
2.2.1.2 Fiscalização	9
2.3 MELHORIA DA EFICÁCIA DO ATAQUE E DA GESTÃO DOS INCÊNDIOS.....	11
2.4 RECUPERAR E REABILITAR ECOSSISTEMAS.....	11
2.5 ADOÇÃO DE UMA ESTRUTURA ORGÂNICA FUNCIONAL E EFICAZ.....	12
3. ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PMDFCI	13
4. OUTRAS ATIVIDADES / PROJETOS	14
4.1 REGIME JURIDICO A QUE ESTÃO SUJEITAS, NO TERRITÓRIO CONTINENTAL, AS AÇÕES DE ARBORIZAÇÃO E REARBORIZAÇÃO COM RECURSO A ESPÉCIES FLORESTAIS (RJAAR).....	14
4.2 DESTRUIÇÃO DOS NINHOS DE VESPA VELUTINA.....	14
4.3 QUEIMA DE SOBRANTES E REALIZAÇÃO DE FOGUEIRAS	14
4.4 CONDICIONALISMO À EDIFICAÇÃO	15

ANEXOS

Índice de Quadros

	Página
Quadro 1: Intervenção na rede secundária de FGC e MPGC em 2021	3
Quadro 2: Intervenção na RVF e RPA em 2021	4
Quadro 3: Análise de investimentos e estimativa orçamental (2021) - Preço Mercado	5
Quadro 4: Sensibilização da população - Estimativa de orçamento e responsáveis (2021)..	7
Quadro 5: Fiscalização - Reclamações / Processos de contra-ordenação	10
Quadro 6: Execução das ações e estimativa orçamental	11
Quadro 7: Execução de intervenções e estimativa orçamental.....	12
Quadro 8: Cronograma de reuniões da CMDF	12
Quadro 9: Estimativa de orçamento, por eixo estratégico, em 2021	13

Lista de Anexos

Anexo I: Mapa de intervenções executadas (FGC e MPGC) por entidade em 2021

Anexo II: Mapa de intervenções executadas (RVF e RPA) por entidade em 2021

RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO - 2021

1. ENQUADRAMENTO

A elaboração, execução, avaliação anual da execução e atualização do PMDFCI têm carácter obrigatório, devendo a câmara municipal consagrar a execução da componente que lhe compete no âmbito dos planos e relatórios anuais de atividades (n.º 4 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua atual redação).

O PMDFCI visa estabelecer a estratégia municipal de defesa da floresta contra incêndios (DFCI), através da definição de medidas adequadas para o efeito e do planeamento integrado das intervenções das diferentes entidades, definindo a responsabilidade sobre a execução das redes de defesa da floresta contra incêndios (RDFCI) das entidades e dos particulares, de acordo com os objetivos estratégicos decorrentes do Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (PNDFCI), em consonância com o respetivo Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) e com o Plano Distrital de Defesa da Floresta contra Incêndios (PDDFCI) (artigo 2.º do Anexo ao Despacho n.º 443-A/2018, de 9 de janeiro, alterado pelo Despacho n.º 1222-B/2018, de 2 de fevereiro).

Nos termos do n.º 4 do artigo 5.º do Anexo ao Despacho n.º 443-A/2018, de 9 de janeiro, alterado pelo Despacho n.º 1222-B/2018, de 2 de fevereiro, o PMDFCI é objeto de monitorização, através da elaboração de relatório anual pelo município, a apresentar à CMDF, cujos termos se baseiam nas metas e indicadores definidos no PMDFCI.

A Revisão do PMDFCI 2019-2028 TABUA, aprovada pela assembleia municipal em 18 de junho de 2021 (Regulamento n.º 742/2021, de 10 de agosto), tem um horizonte temporal de 10 anos, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Anexo ao Despacho n.º 443-A/2018, de 9 de janeiro, alterado pelo Despacho n.º 1222-B/2018, de 2 de fevereiro, e consiste na implementação de medidas preventivas, que visam diminuir o risco de incêndio, o número de ocorrências e as áreas percorridas por incêndios. Sendo um Plano de carácter dinâmico e evolutivo, poderão ser introduzidas alterações, sempre que assim se justificar.

Neste sentido, este documento procura identificar e demonstrar as ações por eixo estratégico realizadas por cada entidade com responsabilidade no âmbito da DFCI, no ano de 2021.

De salientar, que houve muita dificuldade / constrangimentos na realização / execução de todas estas ações e até mesmo algumas iniciativas que não foram realizadas (Ex: Simulacros, etc.), face à adoção de medidas excepcionais relativas à situação epidemiológica (pandemia de COVID-19).

2. EIXOS ESTRATÉGICOS

2.1. AUMENTO DA RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

Este eixo estratégico deu resposta ao n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual, definindo os espaços florestais onde é obrigatório a gestão de combustíveis junto das diferentes infra-estruturas e onde se operacionaliza ao nível municipal as faixas de gestão de combustível.

2.1.1. Execução das Ações

2.1.1.1. Redes de faixas de gestão de combustível e mosaicos de parcelas de gestão de combustível

De acordo com o estabelecido, foram notificados por avisos e via juntas de freguesia os proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título, detenham terrenos para proceder à gestão de combustível.

Dada a dificuldade em fazer o levantamento dos trabalhos realizados pelos privados (aglomerados populacionais), estima-se que no ano de 2021 foram efetuados cerca de 16.67 ha (4 %), 0.15 ha e 0.34 ha, perfazendo um total de 17,16 ha* (Quadro 1).

No que se refere às intervenções na rede secundária de **faixas de gestão de combustível e mosaicos de parcelas de gestão de combustível** em 2021 e respectivas áreas, estas estão discriminadas no Quadro 1 e no Anexo I.

Quadro 1: Intervenção na rede secundária de FGC e MPGC em 2021

Responsáveis	Código da descrição da faixa	Descrição da faixa	Área total FGC/MPGC (ha)	2021	
				Área proposta (ha)	Área executada (ha)
REN	7	FGC - MAT	243,93	52,37	52,37
E-REDES	13	FGC - AT	85,80	6,87	3,48
	10	FGC - MT	255,13	20,77	13,13
ENERGETUS	13	FGC - AT	14,36	0	0
IP		FGC - rvf 1.ª ordem	108,46	7,34	37,60
				13,67	3,16*
CM Tábua UF Covas e Vila Nova de Oliveirinha JF Carapinha e Mouronho	4	FGC - rvf 2.ª ordem	301,39	0	84,12
				0	29,44
				0	0
				0	0
CM Arganil	3	FGC - Parq. Ind.	54,05	25,47	0,98**
		Parques Campismo	3,69	0	0
		Entidade Gestora	22,77	12,93	0
CM Tábua		FGC - Políg. Ind.	125,10	47,81	0
				0,18	0
BV VNO	12	FGC - RPA	0,18	0	0
Privado		FGC - Aglo. Pop.	4,29	0,32	0
				1731,89	416,73
CAULE	11	MPGC	1610,14	475,24	0****
Total (ha)			4561,38	1079,52	241,44

* Quanto à rvf 2.ª ordem, a área executada (3,16 ha) é inferior à área do planeamento (12,83 ha), visto que esta área (9,67 ha) vai ser executada/concluída em 2022.

** Quanto aos parques industriais, a área executada (0,98 ha) é inferior à área do planeamento (24,29 ha), visto que esta área (23,31 ha) foi executada/concluída em dezembro de 2020, não sendo executada os 0,98 ha.

*** Quanto às fgc - aglo. pop., para além dos “normais” 4% (16,67 ha) de execução, também foi executado 0,15 ha (R. Qta. Nogueira) e 0,34 ha (Urb. Barrosa).

**** Quanto aos MPGC, não houve execução em 2021 uma vez que esta área se encontra ardida e nos 5 anos seguintes não poderá haver intervenção (CAULE, 2019).

2.1.1.2. Rede viária florestal

Durante o ano de 2021 o Município de Tábua executou um conjunto de intervenções na rede viária florestal, que contemplou a abertura e reperfilamento de valetas e a regularização da plataforma da superfície dos caminhos, numa extensão de 246,76 km.

O mapa que se encontra no Anexo II e o Quadro 2 informam as intervenções realizadas na **rede viária florestal** de 3.ª ordem em 2021.

2.1.1.3. Rede de pontos de água

O mapa que se encontra no Anexo II e o Quadro 2 informam os pontos de água onde foi executada a verificação do estado de operacionalidade e dos seus acessos em 2021.

A verificação deve ser realizada todos os anos antes do início da época de incêndios. Só assim se consegue garantir que um determinado ponto está operacional e com um nível de armazenamento de água adequado. Caso contrário, corre-se o risco de fazer deslocar meios de combate para abastecer os tanques em locais onde não existe água ou onde o acesso está impedido ou mal sinalizado, o que se traduz em perdas de tempo potencial críticas.

Em conclusão, pode assumir-se que, a existência dos Rios Mondego (albufeira da barragem da Agueira) e Alva, não fazem supor, para já, a necessidade de construção de novos pontos de água. No entanto, deve ser desenvolvido um esforço permanente de manutenção dos pontos de água existentes e dos seus acessos e sinalização.

Quadro 2: Intervenção na RVF e RPA em 2021

Entidade	Acção	RVF Proposta (km)	RVF Executada (km)
Construção			
CM Tábua	RVF - 3.ª ordem	-	-
	PA	-	-
TOTAL		-	-
Manutenção			
CM Tábua	RVF - 3.ª ordem	188,04	246,76
	PA	2	2*
TOTAL		188,04	246,76

* Verificação do estado de operacionalidade dos pontos de água e dos seus acessos.

2.1.1.4. Análise de investimentos e estimativa orçamental

No Quadro 3 apresenta-se o resumo das ações executadas em 2021 e a estimativa orçamental.

Quadro 3: Análise de investimentos e estimativa orçamental (2021) - Preço Mercado

Entidade	Ação	Proposto			Executado		
		Total/Unidade (ha/km)	Custo Unitário (€)	Custo Total (€)	Total/Unidade (ha/km)	Custo Unitário (€)	Custo Total (€)
Implementação							
REN	FGC - MAT	52,37	1 200,00	62 844,00	52,37	1 200,00	62 844,00
E-REDES	FGC - AT	6,87	1 200,00	8 244,00	3,48	1 200,00	4 176,00
	FGC - MT	20,77	1 200,00	24 924,00	13,13	1 200,00	15 756,00
ENERGETUS	FGC - AT	0	1 200,00	0	0	1 200,00	0
IP	FGC - rvf 1.ª ordem	7,34	1 200,00	8 808,00	37,60	1 200,00	45 120,00
CM de Tábua	FGC - rvf 2.ª ordem	13,67	1 200,00	16 404,00	3,16	1 500,00	4 740,00
	Parq. Ind.	25,47	1 200,00	30 564,00	0,98	950,00	931,00
		0	250,00	0	84,12	250,00	21 030,00
CM de Tábua / UF de CVNO	FGC - rvf 2.ª ordem	0	250,00	0	29,44	250,00	7 360,00
CM de Tábua / JF Carapinha / JF Mouronho		0	250,00	0	S/D	250,00	0
ENT. GEST.	Parq. Camp.	12,93	1 200,00	15 516,00	0	1 200,00	0
	Polí. Ind.	47,81	1 200,00	57 372,00	0	1 200,00	0
PRIV.	RPA	0,32	1 200,00	384,00	0	1 200,00	0
	Aglo. Pop.	416,73	1 200,00	500 076,00	17,16*	1 200,00	20 592,00
CAULE	MPGC	475,24	1 200,00	570 288,00	0**	1 200,00	0
	TOTAL	1079,52	-	1 295 424,00	241,44	-	182 549,00
Construção							
C.M. de Tábua	RVF - 3.ª ordem	-	-	-	-	-	-
	PA	-	-	-	-	-	-
	TOTAL	-	-	-	-	-	-
Manutenção							
C.M. de Tábua	RVF - 3.ª ordem	188,04	700,00	131 628,00	246,76	700,00	172 732,00
	PA	2	2 000,00	4 000,00	2***	2 000,00	0
	TOTAL	188,04	-	135 628,00	246,76	-	172 732,00

*** Verificação do estado de operacionalidade dos pontos de água e dos seus acessos.

* Quanto às fgc - aglo. pop., para além dos “normais” 4% (16,67 ha) de execução, também foi executado 0,15 ha (R. Qta. Nogueira) e 0,34 ha (Urb. Barrosa).

** Quanto aos MPGC, não houve execução em 2021 uma vez que esta área se encontra ardida e nos 5 anos seguintes não poderá haver intervenção (Quadro 3) (CAULE, 2019).

Os valores calculados correspondem a consulta de mercado para a mesma tipologia de trabalho.

2.2. REDUÇÃO DA INCIDÊNCIA DOS INCÊNDIOS

2.2.1. Execução das Ações e Estimativa Orçamental

2.2.1.1. Sensibilização

Tendo em conta que o presente plano integra as áreas administrativas de todas as freguesias **e porque contem os elementos e as consequentes decisões a elas associadas**, é fundamental o envolvimento, não só dos responsáveis pelas mesmas como também a promoção de sessões de esclarecimento às populações acerca da matéria em causa.

O Quadro 4 informa as ações de sensibilização, bem como a estimativa de orçamento realizadas em 2021.

Quadro 4: Sensibilização da população - Estimativa de orçamento e responsáveis (2021)

GRUPO ALVO	ACÇÃO	PMDFCI	METAS	INDICADORES MUNICIPAIS	DATA	RESPONSÁVEL	MEIOS ENVOLVIDOS	
							Recursos Humanos	Recursos Materiais
População Geral	Divulgação da Portaria n.º 301/2020, de 24 de dezembro relativa à " Delimitação dos territórios vulneráveis ".	Desenvolvido	Sensibilização da População com a participação das Juntas de Freguesia, dos Bombeiros Voluntários, das Escolas, da Associação Florestal e dos Clubes de Caça e Pesca.	Documento I	janeiro 2021	Ana Mendes, Eng.ª	1	20 Euros
	Elaboração e divulgação do Edital relativo ao " Regime Excepcional das Redes de Faixas de Gestão de Combustível ".			Documento II	fevereiro 2021		1	20 Euros
	Divulgação de Informação na sequência da " Porrogação de prazos para os trabalhos de gestão de combustível " no Decreto-Lei n.º 22-A/2021, de 17 de março.			Documento III			1	20 Euros
	Divulgação de Webinar " Os novos recursos para a valorização da floresta ".			Documento IV			1	20 Euros
	Divulgação de Webinar " Controlo de acácias invasoras: resultados do projeto GANHA ".			Documento V	março 2021		1	20 Euros
	Comemoração do Dia Mundial da Arvore , com a plantação de uma árvore em espaço público.			Documento VI			1	20 Euros
	Divulgação de Informação relativa a " RESTRIÇÃO de Queimas de sobranes e realização de fogueiras ".			Documento VII			1	20 Euros
	Divulgação do Despacho n.º 3403/2021, de 30 de março relativo à " Identificação das freguesias para efeitos de fiscalização da gestão de combustível em 2021 ".			Documento VIII			1	20 Euros
	Divulgação da " monitorização na gestão de combustível e fiscalização no âmbito do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho - Operação Floresta Segura 2021 ".			Documento IX	abril 2021		1	20 Euros
	Divulgação de Informação na sequência da " Porrogação do prazo para os trabalhos de gestão de combustível em 2021 " na Resolução da Assembleia da República n.º 132/2021, de 30 de abril.			Documento X			1	20 Euros

Quadro 4: Sensibilização da população - Estimativa de orçamento e responsáveis (2021) (Cont.)

GRUPO ALVO	ACÇÃO	PMDFCI	METAS	INDICADORES MUNICIPAIS	DATA	RESPONSÁVEL	MEIOS ENVOLVIDOS	
							Recursos Humanos	Recursos Materiais
População Geral	Divulgação de Ficha de Espécie relativa a " Cortaderia selloana (penachos, ervas-pampas), sendo proibida a sua detenção, plantação e comercialização ".	Desenvolvido	Sensibilização da População com a participação das Juntas de Freguesia, dos Bombeiros Voluntários, das Escolas, da Associação Florestal e dos Clubes de Caça e Pesca.	Documento XI	Maio 2021	Ana Mendes, Eng. ^a	1	20 Euros
	Divulgação do Aviso relativo às " Redes Secundárias de Faixas de Gestão de Combustível - Criação e Manutenção das Faixas de Gestão de Combustível na Rede Viária (M501, M635, M528, CM1297, S/N e alguns acessos) e Parques Industriais (Área Industrial e Empresarial de Sinde/Tábua) ".			Documento XII			1	20 Euros
	Divulgação do Aviso relativo às " Redes Secundárias de Faixas de Gestão de Combustível E-REDES - Distribuição de Eletricidade, S.A. ".			Documento XIII	1		20 Euros	
	Divulgação de Informação relativa à " Execução de ações de silvicultura preventiva ", pelos Sapadores Florestais da CIM Região de Coimbra.			Documento XIV	1		20 Euros	
							Total	280,00 €

2.2.1.2. Fiscalização

Para além da sensibilização relativamente às consequências que determinados comportamentos poderão ter nos espaços florestais, a prevenção passa obrigatoriamente por ações de fiscalização nas áreas em risco.

O quadro a seguir apresentado (Quadro 5) define o número de autos dos processos de contra-ordenações / reclamações de 2012 a 2021, que se encontram em cumprimento, incumprimento e sem dados (S/D), por tipologia de situações previstas na legislação.

As reclamações instruídas pela CM Tábua, no âmbito do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua atual redação, carecem na sua totalidade da confirmação de integração com o PMDFCI.

As ações de fiscalização desenvolvidas no concelho de Tábua não representam um encargo adicional para as diferentes entidades responsáveis pela sua realização (GNR, CMT e CAULE), uma vez que decorreram no âmbito do normal cumprimento das suas competências, não estando prevista a necessidade de se adquirirem meios adicionais.

Quadro 5: Fiscalização - Reclamações / Processos de contra-ordenação

Ano	Entidade	N.º de Autos / Reclamações		Cumprimento	Incumprimento
		Infração			
		artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua atual redação	artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua atual redação		
2012	CM Tábua	21		17	4
		100%		80,95%	19,05%
2013		4		2	2
		100%		50%	50%
2014		21		15	6
		100%		71,43%	28,57%
2015					
2016		5		1	4
		100%		20%	80%
		30		4	26
		100%		13,33%	86,67%
2017	GNR		2		S/D
			100%		
2018	CM Tábua	46		41	5
		100%		89,13%	10,87%
	GNR	9	1	S/D	S/D
		100%	100%		
2019	CM Tábua	27		19	8
		100%		70,37%	29,63%
	GNR	15	1	S/D	S/D
		100%	100%		
2020	CM Tábua	25		12	13
		100%		48,00%	52,00%
	GNR	22	1	S/D	S/D
		100%	100%		
2021	CM Tábua	23		2	21
		100%		8,70%	91,30%
	GNR	34	1	S/D	S/D
		100%	100%		
		282	6	113	89
	Total			39,24%	30,90%
		100%			86
					29,86%
					100%

2.3. MELHORIA DA EFICÁCIA DO ATAQUE E DA GESTÃO DOS INCÊNDIOS

No âmbito deste eixo estratégico, realizou-se anualmente o acompanhamento e a articulação com todas as entidades com responsabilidades no desenvolvimento das ações de vigilância e deteção, 1.ª intervenção e combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio, assim como o orçamento de execução das mesmas, encontram-se descritos no Quadro 6.

Quadro 6: Execução das ações e estimativa orçamental

DATA	AÇÃO	RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO PREVISTO (€)	ORÇAMENTO EXECUTADO (€)
abril 2021	Realização de inventariação de meios e recursos existentes no município (POM 2021).	CMDF	0 *	0
2021	Os BV de Tábua não realizaram simulacros.	BV Tábua	0 *	0
2021	1.ª intervenção em focos nascentes de incêndio florestal após alerta e despacho de meios.	BV (2 EIP)	64 000,00 **	64 632,92
TOTAL			64 000,00	64 632,92***

Legenda:

* As despesas enquadram-se no normal funcionamento daquele organismo.

** Valor de comparticipação (50 %) da CM Tábua - Câmara Municipal de Tábua.

*** Valor pago em 2021 (BV Tábua: 37.513,73 €; BV Vila Nova de Oliveirinha: 27.119,19 €), não é o valor referente ao ano de 2021.

2.4. RECUPERAR E REABILITAR OS ECOSISTEMAS

Após o incêndio de 15 de outubro de 2017, a CAULE submeteu uma candidatura à Operação 8.1.4 “Restabelecimento da Floresta Afetada por Agentes Bióticos e Abióticos ou por Acontecimentos Catastróficos” - Estabilização de Emergência Pós Incêndio.

Estas intervenções abrangem um conjunto de rubricas de investimento, nomeadamente (Quadro 7):

- 1) Recuperação de infraestruturas afetadas:
 - Recuperação de secções da rede 2.ª (FGC junto aos aglomerados populacionais).
- 2) Controlo da erosão, tratamento e proteção de encostas:
 - Instalação de barreiras de resíduos florestais, troncos e outros.
- 3) Prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água:
 - Regularização do regime hidrológico das linhas de água.

Quadro 7: Execução de intervenções e estimativa orçamental

ENTIDADE	INTERVENÇÕES	PROPOSTO			EXECUTADO (ha)		
		Unidade (ha)	Custo unitário (€)	Custo total (€)	Unidade (ha)	Custo unitário (€)	Custo total (€)
CAULE	Recuperação de infraestruturas afetadas		500,00	0	0	500,00	0
	Controlo da erosão, tratamento e proteção de encostas	0	650,00	0	0	650,00	0
	Prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água		1 700,00	0	0	1700,00	0
TOTAL		0	-	0	0	-	0

De salientar que durante o ano de 2021 não houve execução devido as intervenções não serem exequíveis (CAULE, 2022). No entanto, esta entidade desenvolveu trabalhos para privados.

2.5. ADOÇÃO DE UMA ESTRUTURA ORGÂNICA FUNCIONAL E EFICAZ

Dada a importância que apresenta a criação de condições que permitam a comunicação regular entre as entidades com responsabilidades ao nível da defesa da floresta, a **CMDF do Concelho de Tábua reuniu 6 vezes**, o que garante o acompanhamento da execução dos trabalhos definidos no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI). O Quadro 8 apresenta o cronograma de reuniões da CMDF.

Quadro 8: Cronograma de reuniões da CMDF

Data	Assunto
26 de janeiro	Emissão de Parecer Favorável aos Processos n.º 39/2020/299 de 26/11/2020, n.º 39/2020/232 de 20/11/2020, n.º 40/2018/005 de 15/12/2020, e n.º 39/2020/344 de 26/11/2020. Emissão de Parecer Desfavorável ao Pedido de Informação Prévia n.º 08/2020/5 de 24/09/2020 e ao Processo n.º 39/2020/242 de 04/12/2020. Relatório de Monitorização do PMDFCI - 2020.
12 de abril	Emissão de Parecer Desfavorável ao Processo n.º 39/2021/29 de 23/03/2021. Apresentação e aprovação do Relatório de Consulta Pública da revisão do PMDFCI 2019-2028 de Tábua. Consolidação da revisão do PMDFCI 2019-2028 de Tábua: Caderno I - Diagnóstico (Informação de Base) e Caderno II - Plano de Ação. Apresentação e aprovação do PMDFCI 2019-2028 de Tábua: Caderno III - Plano Operacional Municipal (POM) de 2021.
05 de julho	Emissão de Parecer Favorável aos Processos n.º 39/2020/268 de 24/05/2021, e n.º 39/2021/148 de 17/06/2021. Emissão de Parecer Desfavorável ao Processo n.º 39/2021/253 de 09/06/2021.
04 de agosto	Emissão de Parecer Desfavorável ao Processo n.º 40/2021/180 de 02/06/2021.
02 de setembro	Emissão de Parecer Favorável ao Processo n.º 39/2021/29 de 23/07/2021.
07 de dezembro	Emissão de Parecer Favorável aos Processos n.º 39/2021/253 de 31/08/2021, n.º 39/2021/501 de 20/10/2021, e n.º 39/2021/523 de 02/11/2021.

3. ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PMDFCI

A estimativa de orçamento total resulta da compilação dos valores apresentados em cada eixo estratégico do PMDFCI, para as atividades desenvolvidas necessárias ao cumprimento das metas definidas em cada ação (Quadro 9).

Esta estimativa contribui para a análise global do investimento em DFCl no concelho de Tábua, por eixo estratégico, para o ano de 2021 do PMDFCI.

Quadro 9: Estimativa de orçamento, por eixo estratégico, em 2021

Eixos Estratégicos	Estimativa de orçamento total (€)
	2021
1.º Eixo	355 281,00
2.º Eixo	280,00
3.º Eixo	64 632,92
4.º Eixo	0
5.º Eixo	0
Total / ano	420 193,92

4. OUTRAS ATIVIDADES / PROJETOS

4.1. REGIME JURIDICO A QUE ESTÃO SUJEITAS, NO TERRITÓRIO CONTINENTAL, AS AÇÕES DE ARBORIZAÇÃO E REARBORIZAÇÃO COM RECURSO A ESPÉCIES FLORESTAIS (RJAAR)

No âmbito do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-lei n.º 96/2013, de 19 de julho, na sua redação atual, o pedido de autorização prévia está sujeito a consulta prévia obrigatória das CCDR em áreas incluídas na Reserva Ecológica Nacional, bem como das **câmaras municipais** no âmbito exclusivo das suas atribuições e competências, e aos demais pareceres previstos na lei, para cuja emissão não são devidas taxas ou quaisquer outros encargos.

Nestes termos, a câmara municipal emitiu 40 pareceres no ano de 2021.

No âmbito do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-lei n.º 96/2013, de 19 de julho, na sua atual redação, os pedidos submetidos são da competência deste município, sendo assegurada a análise e validação das ações propostas, verificando-se os requisitos do artigo 10.º do RJAAR.

Nestes termos, a câmara municipal emitiu 01 comunicação prévia válida e 01 comunicação prévia não válida no ano de 2021.

No âmbito do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-lei n.º 96/2013, de 19 de julho, na sua atual redação, os pedidos submetidos são da competência deste município, sendo assegurada a análise e decisão nos termos dos artigos 9.º, 10.º e 11.º do RJAAR.

Nestes termos, a câmara municipal deferiu 01 pedido de autorização e indeferiu 01 pedido de autorização no ano de 2021.

4.2. DESTRUIÇÃO DOS NINHOS DE *VESPA VELUTINA*

No âmbito das competências do Município de Tábua de Acompanhamento para a Vigilância, Prevenção e Controlo da *Vespa velutina*, nomeadamente a de conceber e implementar uma estratégia a nível local de prevenção e controlo da invasão da *Vespa velutina*, foram registados 268 ninhos, dos quais 171 ninhos são referentes a vespa velutina e 97 são referentes a outras características (duplicação de informação e/ou vespa crabro) (SMPC, 2021).

4.3. QUEIMA DE SOBRANTES E REALIZAÇÃO DE FOGUEIRAS

No desenvolvimento das ações programadas no PMDFCI de Tábua, da competência desta Autarquia na área das ações de sensibilização, este Município apoia no procedimento de registo na aplicação informática das Queimadas e **Queimas**.

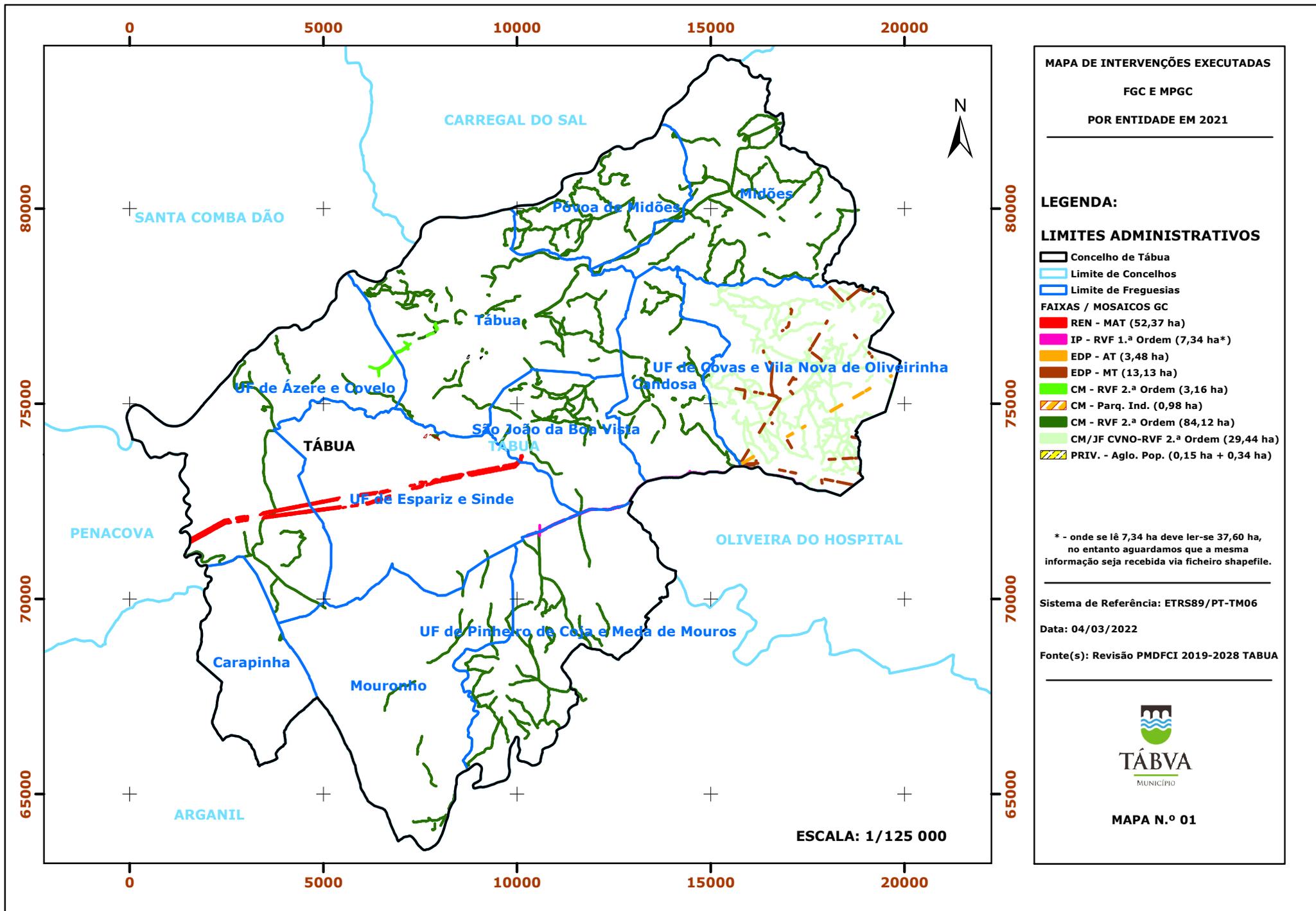
4.4. CONDICIONALISMO À EDIFICAÇÃO

No âmbito da alínea c) do n.º 4 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual, a CMDF emitiu 15 pareceres no ano de 2021.

ANEXOS

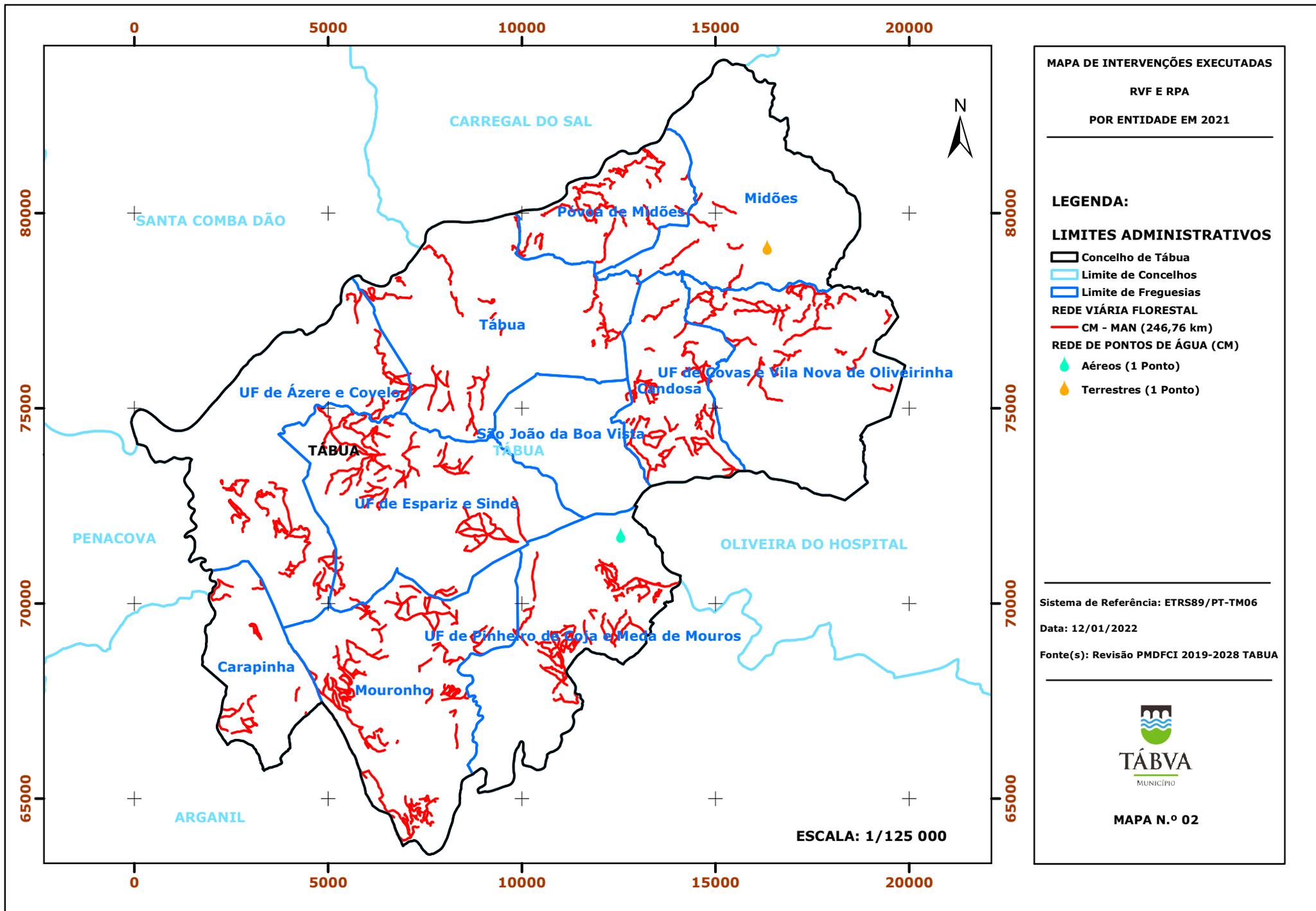
ANEXO I

MAPA DE INTERVENÇÕES EXECUTADAS (FGC e MPGC) POR ENTIDADE EM
2021



ANEXO II

MAPA DE INTERVENÇÕES EXECUTADAS (RVF e RPA) POR ENTIDADE EM 2021



MAPA N.º 02